



RESULTADOS E DESEMPENHO 31 de março de 2012

DESTAQUES DO 1º TRIMESTRE

Destques Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	1T12	1T11	Varição
Receita Líquida	902,0	907,6	-0,6%
EBITDA	275,8	274,1	0,6%
Margem EBITDA	30,6%	30,2%	0,38 p.p.
Lucro Líquido	149,7	143,3	4,5%
Dívida Líquida	944,5	840,0	12,4%
Investimentos	54,7	78,5	-30,3%
Volume de fornecimento (GWh)	3.041,3	2.999,6	1,4%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	3.967,1	3.812,6	4,1%

Outros Destaques	mar/12	mar/11	Varição
Clientes (milhares)	2.276	2.202	3,4%
DEC (horas)	8,95	9,22	-2,9%
FEC (interrupções)	5,16	5,51	-6,4%
Perdas (*)	7,16%	7,07%	-0,09 p.p.
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-

(*) Estimativa – ver item 11 - Desempenho Operacional

Sumário

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
1.1. Composição acionária	3
1.2. Reorganização Societária	3
2. AMBIENTE ECONÔMICO	3
3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS	4
3.1. Reajuste Tarifário de 2010	4
3.2. 3º ciclo de Revisão Tarifária	5
4. DESEMPENHO COMERCIAL	6
4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	6
4.2. Segmentação do Fornecimento de Energia	8
4.3. Contratos de Compra de Energia.....	9
5. RESULTADOS	10
5.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	11
6. ESTRUTURA DE CAPITAL	12
7. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	13
8. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	13
9. FLUXO DE CAIXA	14
10. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	15
11. DESEMPENHO OPERACIONAL	15
12. RECONHECIMENTO	16
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações de resultados	20
Demonstrações do resultado abrangente	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Demonstrações do valor adicionado	24
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	25
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	60

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITALIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Composição acionária

Em 31 de março de 2012, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	0,00%	66.744.382	65,51%	66.745.905	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	99,97%	34.535.214	33,90%	126.389.516	65,23%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100%	101.878.293	100%	193.759.265	100%
Participação sobre o total de Ações		47,42%	52,58%	100,0%		

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício. Os outros 5% são destinados para constituição de Reserva Legal.

1.2. Reorganização Societária

Em 16 de abril de 2012, a Elektro informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de Comunicado ao Mercado, que sua controladora Iberdrola Energia do Brasil Ltda. solicitou à ANEEL pedido de anuência para a reestruturação societária de algumas das empresas brasileiras que compõem o Grupo Iberdrola. O objetivo da reestruturação é otimizar e simplificar a estrutura corporativa das empresas do Grupo com atuação no Brasil, alinhando-as ao modelo de governança adotado pelo Grupo Iberdrola em todo o mundo e reduzindo custos operacionais.

Dentre as operações que compõem a reestruturação, é prevista a incorporação reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. pela Elektro, devendo tal operação se dar sem que haja aumento de capital da Elektro e, portanto, da participação de sua acionista majoritária Iberdrola Energia do Brasil Ltda. em seu capital social. A operação será, ainda, submetida à deliberação da Assembléia Geral dos acionistas da Elektro.

Uma vez aprovada a reestruturação societária pela ANEEL – e nos termos em que for aprovada – a Elektro fará os comunicados pertinentes a seus acionistas e ao mercado em geral, disponibilizando os documentos e informações que lhe cumpre divulgar nos termos da legislação aplicável.

2. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2012 foi marcado por sinais de baixo crescimento econômico e produção industrial, tanto no mercado interno quanto externo. Nos Estados Unidos, há riscos originados da recente alta nos preços do petróleo e de cenário de contenção fiscal, neste e nos próximos anos. Na Zona do Euro, eventos recentes indicam postergação de uma solução definitiva para a crise financeira e fiscal. As perspectivas para o crescimento de importantes economias emergentes também se reduziram. Na China, o PIB do primeiro trimestre de 2012 (8,1%) foi a taxa mais baixa desde 2009.

Nos três primeiros meses de 2012, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 11,87% frente ao dólar norte-americano, encerrando o primeiro trimestre cotado a R\$ 1,8221 /US\$.

No Brasil, o início de 2012 teve desempenho do comércio mais favorável, reflexo, sobretudo, da continuidade de crescimento da massa salarial e da melhora dos índices de confiança. Já a atividade industrial apresentou retração ao longo do primeiro trimestre de 2012.

No primeiro trimestre de 2012, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou leve inflação de 0,62%, redução de 1,81 ponto percentual, comparado ao mesmo período do ano anterior, quando apresentava inflação de 2,43%.

O índice de preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o trimestre em 1,22%, 1,22 ponto percentual abaixo do registrado no primeiro trimestre de 2011, uma vez que os grupos dos alimentos e *commodities* exerceram menos pressão sobre este índice.

Dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu reduzir a taxa Selic para 9,75% a.a., em março de 2012, 1,50 ponto percentual abaixo da taxa de encerramento de março de 2011 (11,25% a.a.). Em abril, nova redução trouxe a taxa Selic para o patamar de 9,00%. O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a., fixada neste nível até junho de 2011, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994.

A produção industrial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou, no período acumulado de janeiro a fevereiro de 2012, redução de 3,4% frente a igual período do ano anterior. Os sinais de redução no ritmo produtivo ficam evidenciados pelos níveis de estoque ainda elevados.

No primeiro trimestre de 2012, as exportações e importações apresentaram cifras recordes e somaram, respectivamente, US\$ 55.080 milhões (5,8% de incremento sobre o mesmo período de 2011) e US\$ 52.643 milhões (7,7% de aumento em relação aos três primeiros meses de 2011). O superávit comercial encerrou o trimestre de 2012 com US\$ 2.437 milhões, 22,5% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior (US\$ 3.144 milhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada ⁽¹⁾	
	1T12	1T11
Taxa de Câmbio R\$/US\$ ⁽²⁾	1,8221	1,6287
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-11,87%	8,55%
IGP-M	0,62%	2,43%
IPCA	1,22%	2,44%
CDI	2,32%	2,64%
TJLP	1,47%	1,47%

⁽¹⁾ Exceto para Taxa de Câmbio R\$/US\$, cuja variação é acumulada nos últimos doze meses.

⁽²⁾ Cotação em 31 de março.

3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

3.1. Reajuste Tarifário de 2010

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores dos ganhos estimados de eficiência econômica, por meio do Fator X. Para a Elektro, este reajuste ocorre no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual da Elektro. O índice médio de Reajuste Tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao Reajuste Tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Companhia apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados ao Reajuste Tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

3.2.3º ciclo de Revisão Tarifária

Em 2011, conforme definido no Contrato de Concessão, ocorreria a terceira revisão periódica ordinária da Elektro. No entanto, como a Aneel não concluiu o aprimoramento da metodologia para o terceiro ciclo com a antecedência necessária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia. As tarifas da Elektro foram prorrogadas por meio da Resolução Homologatória nº 1.196, de 26 de agosto de 2011. Quando for calculada a nova tarifa da Elektro, esta terá efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011).

A Resolução Normativa nº 457, de 08 de novembro de 2011 aprovou a metodologia e os procedimentos gerais para realização do terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, resultado da Audiência Pública nº 040/2010 iniciada em 8 de setembro de 2010.

Para o custo de capital (WACC), por exemplo, a Aneel definiu um novo WACC real de 7,50% a.a. após impostos, o qual substituirá o anterior de 9,95% a.a. utilizado no segundo ciclo de Revisão Tarifária. Outras mudanças aprovadas por essa mesma Resolução estão relacionadas a Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Fator X, Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis (inadimplência).

Além da metodologia a ser empregada para a definição da receita da distribuidora, a Aneel também aprovou, por intermédio da Resolução Normativa nº 464, de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010.

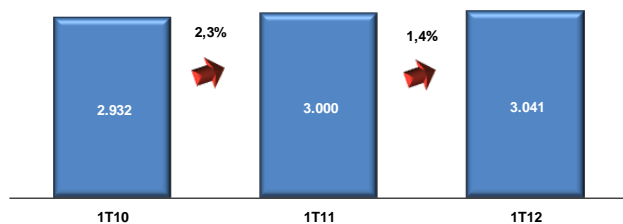
A Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, estabelece que os efeitos resultantes da Revisão Tarifária serão aplicados às tarifas a partir da data do próximo reajuste tarifário, em 27 de agosto de 2012 para a Elektro, incluindo seus efeitos retroativos.

A prorrogação da Revisão Tarifária com a manutenção das tarifas da Elektro resultou em um efeito positivo estimado de R\$ 76,2 milhões na Receita Operacional Bruta do primeiro trimestre de 2012. Tão logo sejam definidos e divulgados os resultados do 3º ciclo de Revisão Tarifária pela Aneel, a Companhia poderá confirmar o impacto efetivo no resultado.

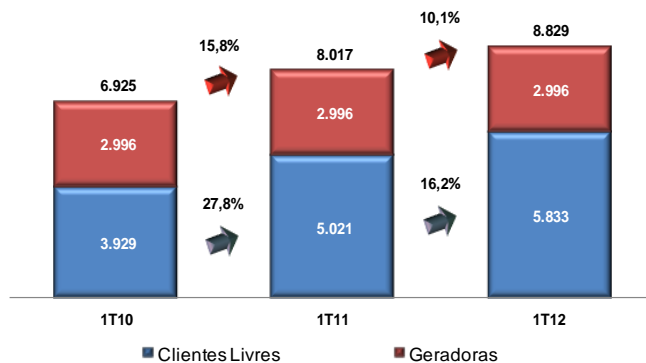
4. DESEMPENHO COMERCIAL

4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

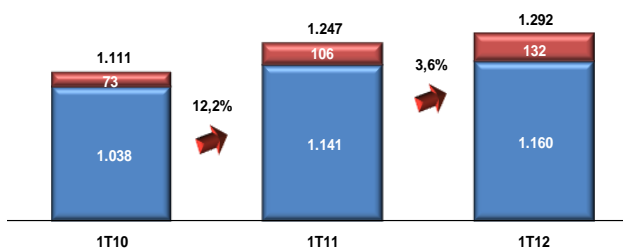
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ⁽¹⁾



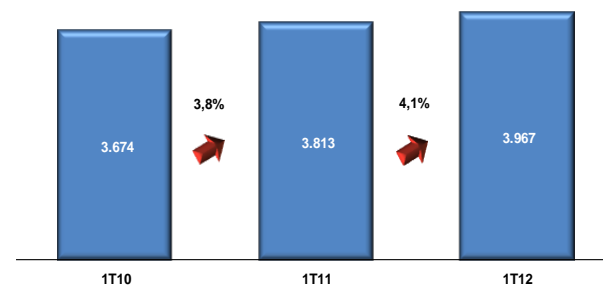
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ⁽¹⁾



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ⁽¹⁾



■ Clientes Finais (Fornecimento de Energia) ■ Clientes Livres (Uso do Sistema de Distribuição)

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ⁽¹⁾		
	1T11	1T12	Var. %
Residencial	994,5	1.038,8	4,4%
Industrial	980,6	911,6	-7,0%
Comercial	526,2	566,1	7,6%
Rural	204,7	217,6	6,3%
Poder Público	69,7	77,9	11,8%
Iluminação Pública	108,4	111,5	2,8%
Serviços Públicos	115,5	117,8	2,0%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.999,6	3.041,3	1,4%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW ⁽¹⁾		
	1T11	1T12	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	8.017,1	8.829,2	10,1%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1T11	1T12	Var. %
Residencial	463,3	489,3	5,6%
Industrial	307,4	272,6	-11,3%
Comercial	221,4	235,4	6,3%
Rural	49,3	51,9	5,3%
Poder Público	30,0	33,2	10,6%
Iluminação Pública	26,7	27,8	4,0%
Serviços Públicos	37,1	34,8	-6,2%
Receita não Faturada ⁽²⁾	6,0	15,2	154,5%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.141,2	1.160,1	1,7%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1T11	1T12	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	105,8	131,6	24,4%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	1.247,0	1.291,7	3,6%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na receita estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Nota: De acordo com a Resolução Normativa nº 463/11, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como Obrigações Especiais a partir da data da revisão tarifária do 3º ciclo da empresa, ou seja, a partir de setembro de 2011. O registro da provisão de R\$ 5,3 milhões impactou na demonstração do resultado de 31 de março de 2012, e o mesmo não ocorreu em março de 2011.

Até março de 2012, a Elektro forneceu 3.041 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando crescimento de 1,4% quando comparado ao mesmo período de 2011.

Neste trimestre, as classes residencial e comercial, apresentaram incremento de 4,4% e 7,6%, respectivamente, resultados dentro do esperado, com taxas de crescimento próximas à média histórica dos últimos cinco anos (4,5% e 7,7% respectivamente).

A classe industrial registrou decréscimo de 7% em função da migração de clientes cativos para o mercado livre e do reflexo do fraco desempenho da Produção Industrial, com redução de 3,4% no acumulado de janeiro a fevereiro deste ano, segundo o IBGE.

O baixo índice pluviométrico registrado no final do ano de 2011 e nos primeiros meses de 2012, 11% inferior à média histórica, afetou positivamente o resultado da classe rural, em função de maior necessidade de irrigação, resultando em um crescimento de 6,3% nos primeiros três meses do ano.

O crescimento de 11,8% no consumo da classe de poder público, entre janeiro e março de 2012, deve-se ao maior número de dias de faturamento em 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011.

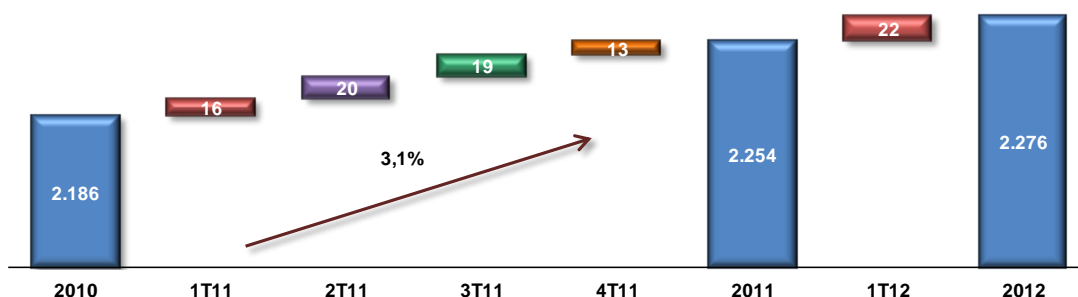
O consumo da classe serviços públicos apresentou crescimento de 2%, que combinado com a redução da demanda contratada do primeiro trimestre de 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011, resultou na redução de 6,2% na receita de fornecimento, composta por consumo e demanda.

De janeiro a março de 2012, o aumento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 4,1%. O consumo do mercado cativo cresceu 1,4% e dos clientes livres 13,9%. Cabe ressaltar que o expressivo crescimento do consumo dos clientes livres foi impactado pela migração de clientes do mercado cativo para o livre, o que resultou no aumento de 10,1% da demanda dos clientes livres, quando comparado ao primeiro trimestre de 2011. Em março de 2012 a Elektro possuía 77 clientes livres, frente a 54 clientes no mesmo período de 2011.

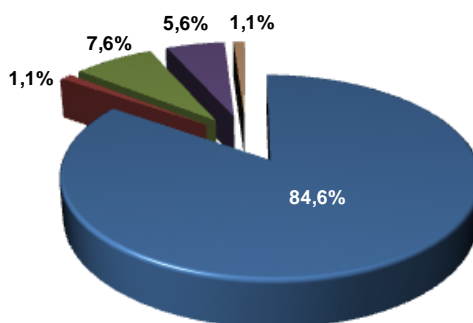
A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição apresentou incremento de 3,6% nos três primeiros meses de 2012 sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 1.291,7 milhões contra R\$ 1.247,0 milhões no primeiro trimestre de 2011.

Até março de 2012 foram atendidos 2.276 mil clientes, incremento de 3,4%, representado por 74 mil novos clientes, quando comparado ao mês de março de 2011. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.

Evolução do Número de Clientes ^(*)
(milhares)



Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2.276 mil)



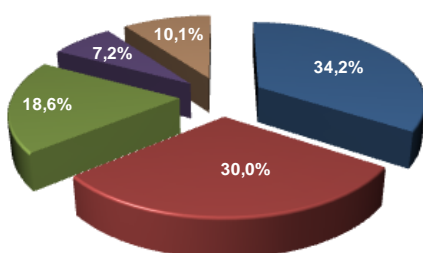
■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

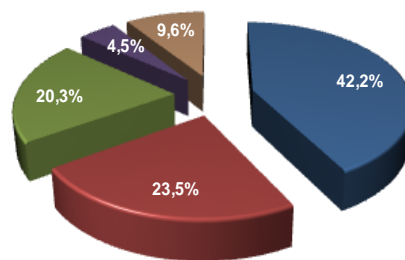
4.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo do primeiro trimestre de 2012:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais
(3.041,3 GWh) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais
(R\$ 1.160,1 milhões)



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais¹

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

¹ Inclui receita não faturada a clientes finais.

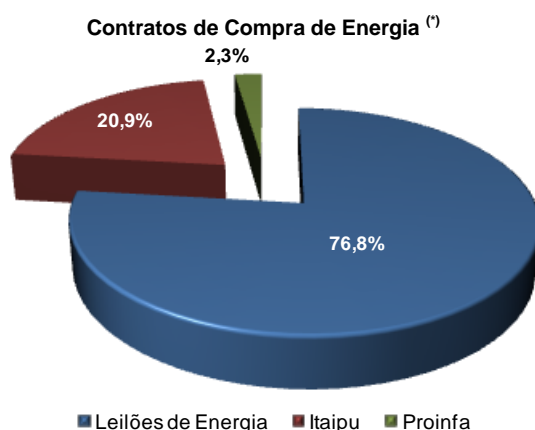
4.3. Contratos de Compra de Energia

Entre janeiro e março de 2012, 76,8% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 20,9% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,3% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa).

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente.

Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro para o primeiro trimestre de 2012:



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

5. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	1T12	1T11	△ %
			1T11 / 1T12
Receitas Operacionais	1.367,1	1.354,3	0,9%
Venda de Energia Clientes Finais	1.160,1	1.141,2	1,7%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	131,6	105,8	24,4%
Receita de construção	51,8	79,5	-34,8%
Outras Receitas	23,6	27,8	-15,1%
Deduções às Receitas Operacionais	(465,1)	(446,8)	4,1%
Receitas Operacionais Líquidas	902,0	907,6	-0,6%
Custos Operacionais	(561,2)	(542,0)	3,5%
Energia Comprada para Revenda	(442,0)	(423,0)	4,5%
Gastos Operacionais	(119,2)	(119,0)	0,2%
Custo de Construção	(51,8)	(79,5)	-34,8%
Resultado do Serviço	241,0	235,0	2,6%
EBITDA ¹	275,8	274,1	0,6%
Resultado Financeiro	(11,8)	(15,4)	-23,4%
Lucro Líquido	149,7	143,3	4,5%

¹ O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

Durante o período de janeiro a março de 2012, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1,4 bilhão, registrando aumento de 0,9%, quando comparada ao mesmo período de 2011.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 902,0 milhões, em linha com o registrado no mesmo período de 2011 (R\$ 907,6 milhões). A variação observada deve-se principalmente ao aumento na Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição, compensada pela redução de Receita de Construção após a conclusão do Projeto Novas Tecnologias, em 2011 (vide item 10 – Investimentos e Modernização).

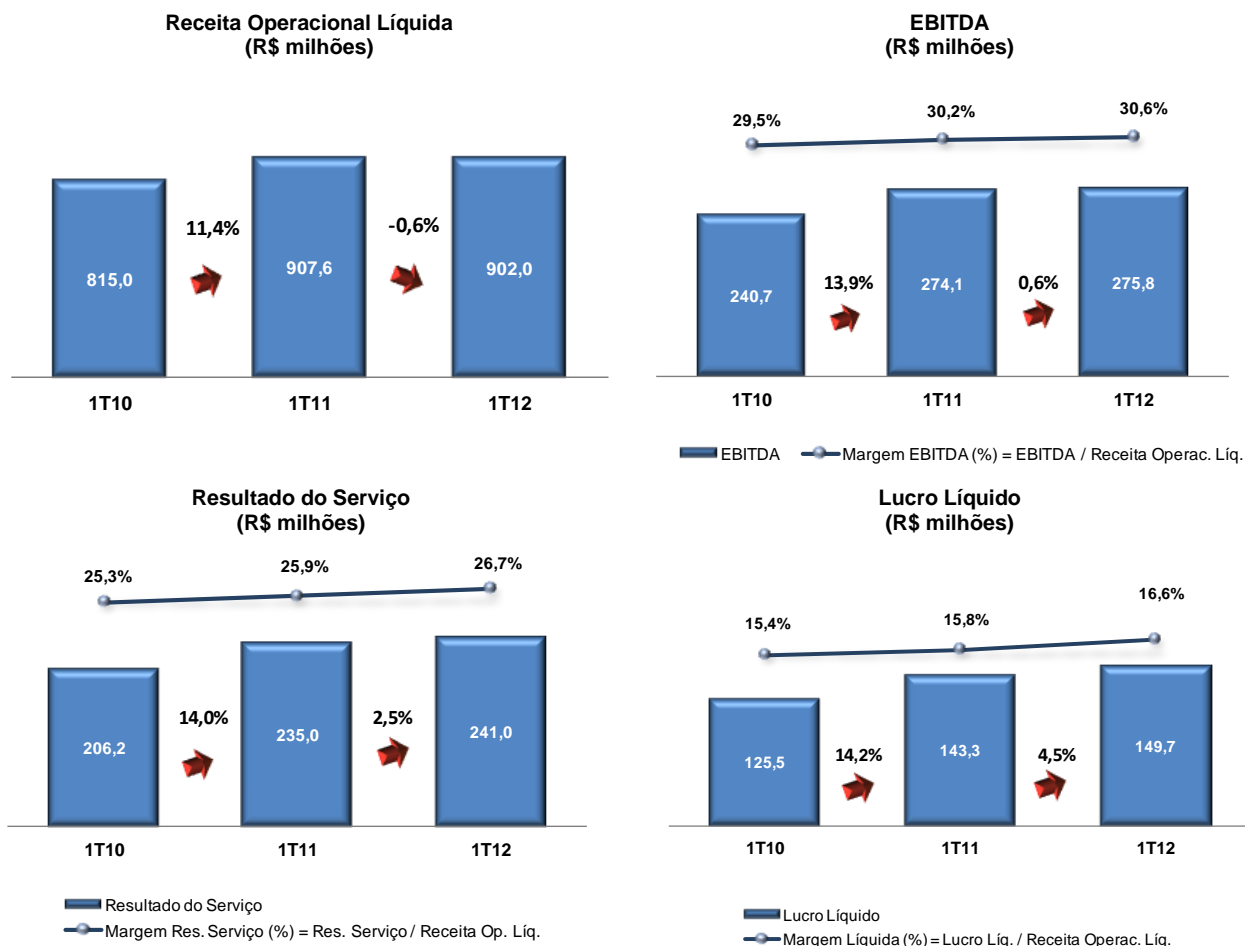
O custo da energia comprada para revenda cresceu 4,5% em comparação ao primeiro trimestre de 2011, devido ao aumento da tarifa média de energia decorrente dos reajustes dos contratos de compra. O resultado do serviço foi de R\$ 241,0 milhões, com acréscimo de 2,6% sobre o resultado de 31 de março de 2011 (R\$ 235,0 milhões).

Até março de 2012, os Gastos Operacionais foram R\$ 119,2 milhões, mesmo patamar dos gastos de março de 2011, refletindo ganhos de eficiência que compensaram a inflação do período, de 1,22% medida pelo IPCA. O EBITDA encerrou o período em R\$ 275,8 milhões, mantendo-se estável em relação ao primeiro trimestre de 2011.

O Resultado Financeiro acumulado em março de 2012 foi uma despesa líquida de R\$ 11,8 milhões, apresentando redução de 23,4% sobre a despesa financeira líquida auferida no primeiro trimestre de 2011, de R\$ 15,4 milhões. A variação observada ocorreu pelo maior rendimento de aplicações financeiras decorrentes de maior saldo de caixa, e menores juros de debêntures, após liquidação da 2ª emissão. Tais efeitos foram parcialmente impactados pelo incremento de despesas de juros de empréstimos com terceiros, após contratação de linha de longo prazo para pré-pagamento das dívidas com o BNDES em abril de 2001, em decorrência da não anuência com a mudança de controle.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 149,7 milhões em março de 2012, elevação de 4,5% quando comparado com o resultado de R\$ 143,3 milhões do primeiro trimestre do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, nos primeiros três meses de 2012 comparados ao mesmo período de 2011 e 2010.



5.1.Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 23 de janeiro de 2012 ocorreu o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71,6 milhões, referente ao exercício de 2011, aprovado em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 10 de novembro e 23 de dezembro de 2011.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134,7 milhões, referente ao exercício de 2011 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

31/03/2012	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	16,3	605,3	621,5	48,6%
BNDES Finem / Finame	1,1	95,4	96,5	7,5%
Eletrobrás	11,4	100,3	111,7	8,7%
Finep	10,6	41,7	52,4	4,1%
Linha 4131 ⁽¹⁾	17,4	359,7	377,2	29,5%
Arrendamento mercantil	5,7	14,0	19,8	1,5%
Total da Dívida	62,5	1.216,5	1.279,0	100,0%
Perfil da Dívida	5%	95%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽²⁾			(334,6)	
Endividamento Líquido			944,5	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

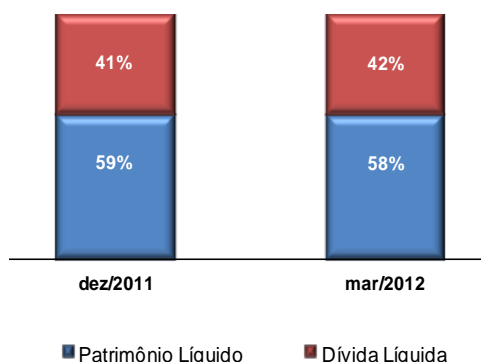
A Elektro encerrou o primeiro trimestre de 2012 com endividamento líquido de R\$ 944,5 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.279,0 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 334,6 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 95% do total do endividamento.

Entre janeiro e março de 2012, a empresa captou R\$ 48,0 milhões para financiar seu programa de investimentos, através de linhas de financiamento já existentes:

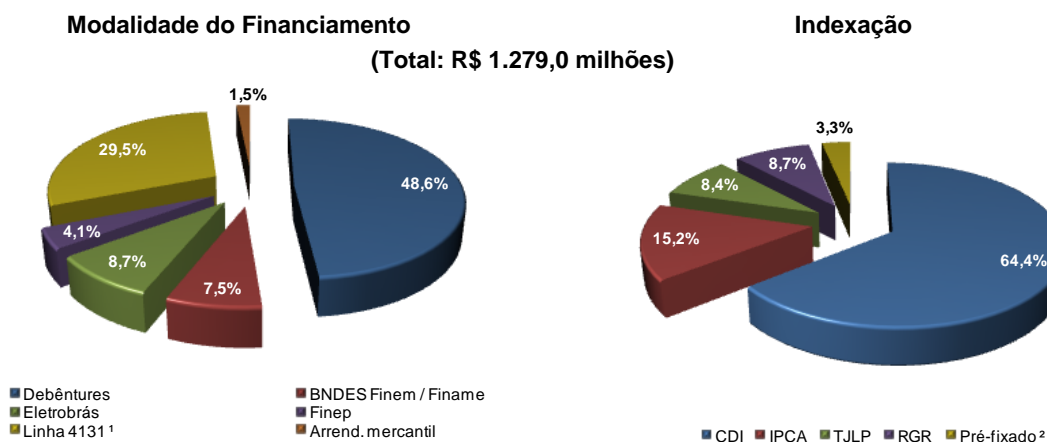
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 29,4 milhões;
- Eletrobrás: R\$ 16,1 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos e;
- FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): R\$ 2,5 milhões para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de suas operações.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



Em 31 de março de 2012, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



¹ Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de Swap para CDI.

² Consideram recursos da FINEP sem indexação.

7. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O *rating* de crédito corporativo da Elektro é classificado em brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010 e a 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, também são classificadas em brAAA. Todos pela agência de classificação de riscos *Standard & Poor's*.

8. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A empresa também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

As operações com instrumentos derivativos estão contabilizadas a valor de mercado (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 39 das Informações Trimestrais).

9. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1T12	1T11	1T11 /1T12
Lucro líquido do período	149,7	143,3	6,4
Depreciação e outras amortizações	34,8	39,0	(4,2)
Juros e variação monetária e cambial	30,1	31,0	(0,9)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	9,0	7,8	1,2
Tributos diferidos	6,4	11,2	(4,8)
Outros	15,0	17,8	(2,8)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	95,4	106,9	(11,5)
Lucro Líquido Ajustado	245,1	250,2	(5,1)
Variação do Capital de Giro Operacional	(118,1)	(73,0)	(45,1)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	127,0	177,1	(50,1)
Adições ao intangível	(51,8)	(79,5)	27,7
Outros	(6,2)	(9,5)	3,3
Atividades de Investimento	(58,0)	(89,0)	31,0
Amortização de principal	(7,4)	(29,3)	21,9
Captação de empréstimos e debêntures	48,0	6,8	41,2
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	40,6	(22,6)	63,2
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(60,9)	(55,1)	(5,8)
Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(20,3)	(77,6)	57,3
Geração (consumo) Líquido de Caixa	48,8	10,5	38,3
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	285,5	223,4	62,1
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	334,3	233,8	100,5

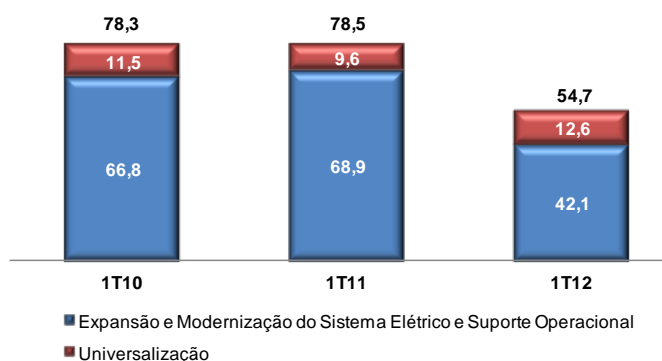
Nos primeiros três meses de 2012, a geração líquida de caixa foi de R\$ 48,8 milhões, superando a geração de R\$ 10,5 milhões março de 2011. As principais justificativas foram:

- Maior geração de caixa nas Atividades de Financiamento, no montante de R\$ 63,2 milhões, devido à captação de novas linhas de financiamento junto ao BNDES e Eletrobrás, associada a menor amortização de principal, após pagamento antecipado dos financiamentos existentes junto ao BNDES, em fevereiro de 2011;
- Menor geração operacional de caixa (R\$ 50,1 milhões), devido principalmente ao maior recebimento em 2011 das parcelas do acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP com quitação dos débitos existentes (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras), associado ao maior saldo de Contas a Receber, especialmente nas classes Residencial e Comercial;
- Redução de R\$ 31,0 milhões no consumo de caixa nas Atividades de Investimento, basicamente devido à conclusão do Projeto Novas Tecnologias e atendimento à Resolução Aneel nº 414/10 com investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura, além da implantação do Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia.

10. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Nos primeiros três meses de 2012, a Elektro investiu R\$ 55,6 milhões, dos quais R\$ 0,9 milhão foi investimento realizado com recursos de clientes.

Evolução dos Investimentos ¹
(R\$ milhões)



¹ Exclui investimentos com recursos de clientes.

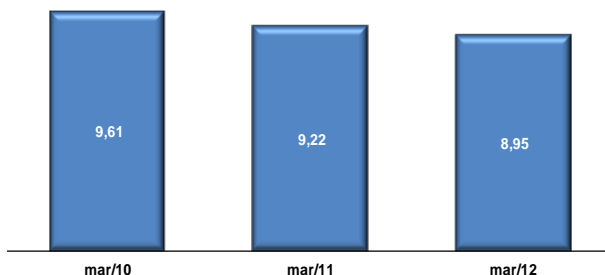
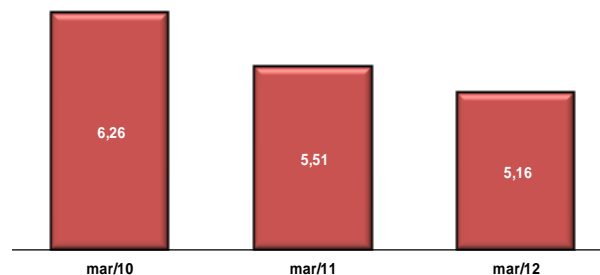
Os principais programas de investimentos foram:

- R\$ 42,1 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 16,7 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 5,4 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 18,4 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 1,6 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 12,6 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 2,7 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 138 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - R\$ 9,9 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

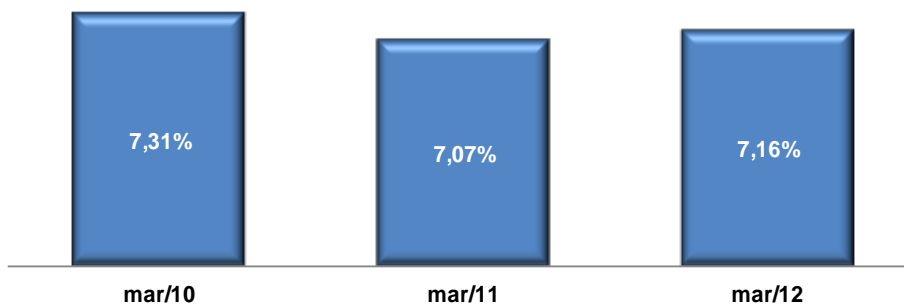
A variação dos investimentos realizados no primeiro trimestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2010 e 2011 se deve, principalmente, a investimentos não recorrentes nos períodos anteriores, tais como investimentos relativos ao projeto Novas Tecnologias em 2010, e investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura para atendimento à Resolução 414 (Aneel), que estabeleceu a abertura de novas agências de atendimento presencial em 2011.

11. DESEMPENHO OPERACIONAL

Como resultado dos constantes investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente a manutenção preventiva e a utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação, os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC) de março de 2012 apresentam resultados melhores do que os observados no mesmo período de 2010 e 2011.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*)**FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)**

Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Os indicadores de 31/03/2010 não consideram também os efeitos do blackout ocorrido em 10 novembro. Casos considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2010 seriam 15,31 e 8,21, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2011 seriam 12,11 e 6,51, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2012 seriam 11,43 e 6,01, respectivamente.

Perdas de Energia ^(*)

Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

3 - Estão sendo considerados o ajuste das linhas de transmissão de Capão Bonito, que somados ao índice de perdas globais resultam no índice total do período em análise.

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota: Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de março de 2012 ser posterior à divulgação deste ITR, os dados apresentados são estimados.

Para março de 2012, as perdas globais apresentaram discreta elevação quando comparadas ao mês de março de 2011 e redução se comparada a março de 2010, registrando o índice de 7,16%, em função principalmente da redução no consumo dos grandes clientes industriais, conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas do que as observadas nos demais subgrupos.

12. RECONHECIMENTO

XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente

No dia 12 de abril de 2012 a Elektro conquistou o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. O Prêmio reconhece as empresas que possuem a melhor estratégia de relacionamento com o cliente em todos os pontos de contato e que buscam a excelência como diferencial competitivo na prestação de seus serviços. Para ser premiada, a Elektro passou por uma minuciosa análise de suas estratégias e teve os seus canais de atendimento (telefone, *web*, *chat*, *e-mail*) avaliados. Esta é a 6ª vez que a Elektro conquista este importante reconhecimento.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida

No dia 13 de março, a Elektro foi reconhecida no PNQV® - Prêmio Nacional de Qualidade de Vida ciclo 2011, da ABQV, Associação Brasileira de Qualidade de Vida. Isso demonstra as Boas Práticas e a Excelência na Gestão do Programa de Qualidade de Vida da Elektro, que vem obtendo êxito na melhoria do bem-estar e da saúde dos colaboradores.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br

Balanços patrimoniais
em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		1.069.231	994.346
Caixa e equivalentes de caixa	5	334.272	285.488
Consumidores, parcelamentos de débitos e fornecedores	6	703.467	647.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(42.921)	(42.867)
Energia livre	8	-	299
TUSD-G	9	-	1.478
Tributos a compensar	10	20.831	53.592
Caução de fundos e depósitos vinculados	11	20.543	9.983
Almoxarifado		10.264	10.021
Outros créditos		22.775	28.621
Não circulante		2.417.734	2.424.469
Parcelamentos de débitos e fornecedores	6	39.671	40.785
TUSD-G	9	32.938	32.138
Tributos a compensar	10	64.182	26.919
Caução de fundos e depósitos vinculados	11	10.716	12.746
Depósitos judiciais	12	60.620	58.503
Tributos diferidos	36	180.509	157.302
Outros créditos		3.349	3.532
Ativo indenizável (concessão)	13.1	369.943	351.773
Propriedades para investimento	14	4.254	4.254
Imobilizado	15	18.938	20.492
Intangível	13.2	1.632.614	1.716.025
Total do Ativo		3.486.965	3.418.815

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Balanços patrimoniais
em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011**

(em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		757.944	698.790
Fornecedores e supridores de energia elétrica	19	288.062	307.516
Empréstimos e financiamentos	16	40.535	30.553
Debêntures	17	16.279	27.378
Arrendamento mercantil	18	5.740	4.860
Tributos a recolher	20	148.976	123.745
Encargos do consumidor	21	36.566	35.042
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22	134.715	60.893
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	23	35.696	45.955
Energia livre	8	5.936	7.187
Obrigações P&D e eficiência energética	24	14.532	14.233
Plano especial de aposentadoria	25.2	1.707	2.031
Outros passivos		29.200	39.397
Não circulante		1.402.093	1.351.381
Empréstimos e financiamentos	16	597.183	556.062
Debêntures	17	605.262	602.356
Arrendamento mercantil	18	14.019	16.506
Obrigações P&D e eficiência energética	24	27.415	25.478
Plano especial de aposentadoria	25.2	11.092	11.469
Provisão para ações judiciais e regulatórias	26.1	145.456	137.864
Outros passivos		1.666	1.646
Patrimônio líquido		1.326.928	1.368.644
Capital social		952.492	952.492
Reserva de capital		50.539	50.539
Pagamentos baseados em ações		3.839	3.072
Reservas de lucros		171.422	171.422
Outros resultados abrangentes		2.409	56.410
Lucros acumulados		146.227	-
Dividendos adicionais propostos		-	134.709
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.486.965	3.418.815

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações de resultados
para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receitas operacionais líquidas	29	901.964	907.569
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(561.200)	(541.978)
Energia comprada para revenda	30	(442.041)	(422.996)
Gastos com pessoal	31	(44.692)	(41.839)
Gastos com materiais	32	(7.698)	(6.813)
Gastos com serviços de terceiros	33	(21.144)	(14.011)
Depreciação		(1.554)	(1.375)
Amortização de ativo intangível		(33.292)	(37.659)
Outras despesas operacionais líquidas	34	(11.212)	(17.770)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		433	485
Custo de construção	13.3	(51.760)	(79.500)
Lucro operacional bruto		289.004	286.091
Despesas operacionais		(48.010)	(51.064)
Despesas com vendas	31,32 e 33	(2.424)	(7.795)
Despesas gerais e administrativas	31,32 e 33	(14.604)	(17.331)
Outras despesas operacionais líquidas	34	(30.982)	(25.938)
Resultado do serviço		240.994	235.027
Resultado financeiro	35	(11.785)	(15.436)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		229.209	219.591
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	36	(79.460)	(76.281)
Lucro líquido do exercício		149.749	143.310
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		0,81	0,77
Ordinária		0,73	0,70

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
(em milhares de reais)**

	Notas	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro líquido do exercício		149.749	143.310
Outros resultados abrangentes do exercício		(57.523)	1.995
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável ICPC01 - Contratos de concessão	13.1	(81.821)	7.531
Tributo diferido sobre a marcação a mercado		27.820	(2.561)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	25.1	(5.336)	(4.508)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais		1.814	1.533
Resultado abrangente do exercício		<u>92.226</u>	<u>145.305</u>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
(em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	952.492	50.539	4.333	146.800	-	168.037	45.866	1.368.067
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	492.436	-	-	492.436
Outros resultados abrangentes:								
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	952.492	50.539	3.072	171.422	-	134.709	56.410	1.368.644
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	149.749	-	-	149.749
Outros resultados abrangentes:								
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	(54.001)	(54.001)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(3.522)	(3.522)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(3.522)	-	3.522	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	767	-	-	-	-	767
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2012	952.492	50.539	3.839	171.422	146.227	-	2.409	1.326.928

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
(em milhares de reais)**

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	149.749	143.310
Itens do lucro que não afetam caixa	95.378	106.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.204	5.907
Juros e variações monetárias e cambial	30.085	30.991
Depreciação e amortização	34.846	39.034
Perda na baixa de ativos imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	219	2.876
Plano de pensão	(5.336)	(4.508)
Plano especial de aposentadoria	1.328	3
Provisão para ações judiciais e regulatórias	9.018	7.814
Tributos diferidos	6.426	11.192
Obrigações P&D e eficientização energética	8.821	10.414
Pagamentos baseados em opções de ações	767	3.132
Variações no ativo e passivo operacional	(118.112)	(73.042)
Consumidores, parcelamento de débitos e fornecedores	(63.772)	(28.780)
Almoxarifado - ativo circulante	(243)	64
Tributos a compensar	(4.502)	(5.241)
Ativos acordo TUSD-G	1.461	13.459
Outros créditos	4.895	(1.092)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(30.253)	(33.110)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	(17.929)	(10.957)
Tributos a recolher	86.745	79.653
Imposto de renda e contribuição social pagos	(61.514)	(55.715)
Passivos acordo TUSD-G	-	(4.280)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(1.426)	(380)
Plano especial de aposentadoria	(2.261)	(629)
Programa de P&D e eficientização energética	(7.463)	(10.860)
Outros passivos	(21.850)	(15.174)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	127.015	177.123
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(57.976)	(89.021)
Adições ao intangível e ao ativo indenizável	(51.760)	(79.500)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível e ativo indenizável	1.670	1.539
Caução de fundos e depósitos vinculados	(7.886)	(11.060)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.255)	(77.629)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(60.887)	(55.057)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(5.711)	(26.892)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(1.698)	(2.448)
Captação de empréstimos	48.041	6.768
Variação de caixa e equivalentes de caixa	48.784	10.473
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	285.488	223.357
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	334.272	233.830
Variação de caixa e equivalentes de caixa	48.784	10.473

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011
(em milhares de reais)**

	Notas	31/03/2012	31/03/2011
Receitas		1.361.556	1.350.844
Vendas de energia e serviços	29	1.315.333	1.274.842
Receita de construção		51.760	79.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	34	(6.645)	(4.380)
Outras receitas		1.108	882
Insumos adquiridos de terceiros		(615.946)	(626.646)
Energia comprada bruta	30	(487.098)	(466.112)
Materiais	32	(7.929)	(7.486)
Serviço de terceiros	33	(27.920)	(27.725)
Custo de construção		(51.760)	(79.500)
Outros custos operacionais		(41.239)	(45.823)
Valor adicionado bruto		745.610	724.198
Depreciação e amortização		(34.846)	(39.034)
Valor adicionado líquido		710.764	685.164
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	35	26.614	29.608
Valor adicionado a distribuir		737.378	714.772
Distribuição do valor adicionado		737.378	714.772
Pessoal		45.984	44.024
Impostos, taxas e contribuições		391.846	381.392
Federais		162.961	162.488
Estaduais		228.798	218.831
Municipais		87	73
Encargos do consumidor e outros		111.723	101.094
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		38.076	44.952
Lucros retidos		149.749	143.310

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2012
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, nas áreas geográficas delimitadas e exclusivas, compreendidas por 228 municípios, sendo 223 (duzentos e vinte e três) no Estado de São Paulo e 5 (cinco) no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui cinco aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 16 de agosto de 2011.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Informações Trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstração Intermediária.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 23 de abril de 2012.

A Sociedade adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, portanto, essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações. As normas e procedimentos emitidos e revisados em 2011 também foram analisados e não trouxeram impactos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na nota explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011.

Em 8 de setembro de 2010, a ANEEL deu início à Audiência Pública 040/2010, com o objetivo de receber contribuições, cujo prazo encerrou-se em 10 de janeiro de 2011, para aprimoramento das seguintes metodologias referentes à Revisão Tarifária Periódica para o ciclo 2011-2014 (também definido como 3º Ciclo de Revisão Tarifária):

- Custos operacionais;

- Perdas Não Técnicas de Energia;
- Base de Remuneração Regulatória (BRR);
- Custo de Capital – WACC;
- Fator X;
- Outras Receitas e
- Receitas Irrecuperáveis.

Como a ANEEL não concluiu o aprimoramento da metodologia para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia até a conclusão da metodologia definitiva a ser aplicada para o 3º ciclo. Em 23 de agosto de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.196, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro. Os efeitos da Revisão Tarifária serão retroativos a 27 de agosto de 2011.

A metodologia definitiva foi publicada em 11 de novembro de 2011, a qual definiu um WACC de 7,50% (depois de impostos). Também foi aprovada a metodologia para alteração da estrutura tarifária (Audiência Pública nº120/2010).

A prorrogação da Revisão Tarifária com a manutenção das tarifas da Elektro resultou em um efeito positivo estimado de R\$ 76.215 na Receita Operacional Bruta do primeiro trimestre de 2012. Tão logo sejam definidos e divulgados os resultados do 3º Ciclo de Revisão Tarifária pela ANEEL, a Sociedade poderá confirmar o impacto efetivo no resultado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Conta corrente	1.932	13.915
Total aplicações financeiras	<u>332.340</u>	<u>271.573</u>
CDB	175.870	178.581
Debêntures Compromissadas	156.439	92.992
LFT	31	-
Total caixa e equivalentes de caixa	<u><u>334.272</u></u>	<u><u>285.488</u></u>

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano		
Vencimento	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	60.382	123.704
2013	58.862	147.869
2014	213.096	-
Total	<u><u>332.340</u></u>	<u><u>271.573</u></u>

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI.

Em 31 de março de 2012, as aplicações estavam indexadas à variação média de aproximadamente 100,66% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, e sem riscos significativos de mudança de valor (vide nota 39 – Instrumentos Financeiros).

6. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/03/2012				31/12/2011			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	210.858	126.744	21.226	358.828	193.188	105.674	19.542	318.404
Residencial	96.474	85.767	8.058	190.299	86.902	71.918	7.899	166.719
Industrial	32.433	13.298	8.544	54.275	32.142	10.475	7.140	49.757
Comercial	36.834	19.431	2.784	59.049	31.676	16.290	2.757	50.723
Rural	9.239	5.575	919	15.733	9.836	5.557	895	16.288
Poder público	13.203	997	107	14.307	10.912	775	98	11.785
Iluminação pública	11.885	972	727	13.584	11.203	479	697	12.379
Serviço público	10.790	704	87	11.581	10.517	180	56	10.753
Outras contas a receber	366.402	4.465	13.443	384.310	353.836	4.048	12.228	370.112
Parcelamentos de débitos	43.967	4.465	13.443	61.875	49.493	4.048	12.228	65.769
Receita não faturada	288.623	-	-	288.623	273.446	-	-	273.446
Supridores	26.106	-	-	26.106	25.324	-	-	25.324
Outros	7.706	-	-	7.706	5.573	-	-	5.573
Total	577.260	131.209	34.669	743.138	547.024	109.722	31.770	688.516
Circulante	537.589	131.209	34.669	703.467	506.239	109.722	31.770	647.731
Não circulante	39.671	-	-	39.671	40.785	-	-	40.785

Em 31 de março de 2012, do montante de R\$ 26.106 classificado como Supridores (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2011), registrados no ativo não circulante, R\$ 20.057 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento dos serviços é de 44 dias. A Administração da Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores considerados irre recuperáveis, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2%.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Sociedade atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	31/12/2011	Adições	Recuperação da Receita	Baixas	31/03/2012
Residencial	8.833	6.504	-	(6.411)	8.926
Industrial	1.856	1.016	-	(786)	2.086
Comercial	1.851	1.634	-	(1.393)	2.091
Rural	400	660	-	(499)	562
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.085	72	-	(33)	1.124
Iluminação pública	3.009	345	(1.228)	(29)	2.098
Parcelamentos de prefeituras	19.686	168	-	-	19.855
Parcelamento privado	6.147	33	-	-	6.180
Total	42.867	10.432	(1.228)	(9.150)	42.921

8. ENERGIA LIVRE

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existiam, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

O valor registrado na conta do ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 299, o qual foi amortizado no primeiro trimestre de 2012. O valor correspondente ao passivo de energia livre em 31 de março de 2012, é de R\$ 5.936 classificados no passivo circulante (R\$ 7.187 em 31 de dezembro de 2011).

O valor que está sendo cobrado dos clientes após a amortização do ativo, será devolvido aos consumidores via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL.

9. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

AES-Tietê e CESP

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela SELIC. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às

usinas de Jupiá e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela SELIC, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL. Entretanto, considerando o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

Duke

A geradora Duke Energy, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através do Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009. O faturamento está sendo efetuado desde julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi originalmente reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária. Como mencionado acima, com o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo, R\$ 28.726 (atualizados pela SELIC), em 31 de março de 2012, são os valores que a Duke entende como controversos.

Em função do descrito acima, em 31 de março de 2012 e de dezembro de 2011 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Nota	31/12/2011	Correção	Recebimento	31/03/2012
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08		14	-	(14)	-
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08		18	-	(18)	-
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	33.584	809	(1.455)	32.938
Total Ativo		<u>33.616</u>	<u>809</u>	<u>(1.487)</u>	<u>32.938</u>
Circulante		1.478			-
Não circulante		<u>32.138</u>			<u>32.938</u>

(a) Valores a receber da geradora Duke Energy, conforme decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e esta geradora.

Os valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP foram totalmente amortizados no primeiro trimestre de 2012.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	17.189	16.457
Impostos e contribuições retidos na fonte	216	216
ICMS a recuperar	64.355	59.496
PIS e COFINS a recuperar	3.253	4.342
Total	<u>85.013</u>	<u>80.511</u>
Ativo circulante	20.831	53.592
Ativo não circulante	<u>64.182</u>	<u>26.919</u>

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desses tributos.

11. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de março de 2012, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 94,56% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Eletrobras (Luz para Todos) (i)	296	-	289	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (ii)	17.112	10.716	6.472	12.746
Fundo Educacional (iii)	3.135	-	3.222	-
Total	<u>20.543</u>	<u>10.716</u>	<u>9.983</u>	<u>12.746</u>

- (i) Eletrobras – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para atendimento dos requisitos vigentes na compra de energia em Leilões no curto e longo prazo.
- (iii) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de março de 2012 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 60.620 (R\$ 58.503 em 31 de dezembro de 2011). Parte representativa deste montante (R\$ 47.535 em 31 de março de 2012 e R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento do PIS e da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 13.084, em 31 de março de 2012, (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) referem-se, (i) R\$ 8.941 a processos Trabalhistas, (ii) R\$ 3.482 a processos Cíveis e (iii) R\$ 661 a processos Tributários.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir, e reverteu a provisão que havia para essa questão do PIS e da COFINS em 30 de junho de 2009.

Em 2 de maio de 2011 esta ação do PIS e da COFINS transitou em julgado definitivamente em favor da Sociedade, motivo pelo qual a Elektro requereu ao juízo o levantamento do depósito judicial, tendo este intimado a Fazenda Nacional em 24 de agosto de 2011 para se manifestar sobre o pedido da Elektro, a qual requereu que a Elektro demonstre que os montantes depositados correspondem aos valores discutidos na ação. As informações foram apresentadas pela Elektro no processo, estando pendente de decisão judicial a liberação do montante depositado.

13. CONTRATOS DE CONCESSÃO

13.1. Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)

No uso de seu julgamento, a Administração entende que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão levará em consideração a metodologia de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), através do valor novo de reposição. Esta metodologia já é adotada pelo regulador para fins de determinação das tarifas nas revisões tarifárias periódicas e da consequente remuneração do acionista. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão está determinado pelo valor residual da BRR ao final da concessão. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi utilizado o valor residual da BRR do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (julho de 2007, que foi a data estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até a data da adoção inicial da norma (1º de janeiro de 2009).

Em 5 de março de 2012, a Elektro recebeu, através do Ofício nº 209/2012 – SFF/ANEEL o posicionamento acerca dos valores a serem considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ser aplicado, no caso da Elektro, em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011. Desta maneira, a Companhia recalculou o valor justo do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão do poder concedente com base na nova BRR, (em fevereiro de 2011, que foi a data de corte estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até 31 de março de 2012, apurando ajuste de R\$ 81.821 reduzindo o ativo financeiro anteriormente contabilizado. Assim que a Base de Remuneração do 3º Ciclo de Revisão Tarifária for definitivamente homologada, novos ajustes ao ativo financeiro poderão ser registrados.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes. A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Desta forma, ao sofrer atualizações periódicas através das regras definidas para determinação da BRR, cujo comportamento não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado, a Sociedade considera a classificação como disponível para venda mais apropriada, uma vez que esta categoria, pela própria definição do Pronunciamento Técnico CPC – 38 é uma categoria residual.

O valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde fevereiro de 2011, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário.

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente ao final da concessão deve ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como base para determinação do valor justo do ativo financeiro, a Elektro utiliza a BRR, deduzindo-se o valor reavaliado das obrigações. A parcela das obrigações especiais amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A amortização é realizada pela taxa da conta de máquinas e equipamentos de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, devidamente revisado pelos efeitos da Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, explicados na nota 13.2 – Ativo Intangível. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<u>Custo</u>	<u>Obrigações especiais</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	234.165	(20.401)	69.494	283.259
Transferências de ativo intangível	54.707	514	-	55.221
Adições	-	(2.330)	-	(2.330)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	15.976	15.976
Baixas	(353)	-	-	(353)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	288.519	(22.217)	85.470	351.773
Transferências de ativo intangível	149.663	(49.455)	-	100.208
Adições	-	(212)	-	(212)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	(81.821)	(81.821)
Baixas	(5)	-	-	(5)
Saldo em 31 de março de 2012	438.177	(71.884)	3.649	369.943

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, atualmente em 9,95% ao ano (15,08% antes dos impostos). Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 29). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

13.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pelo órgão regulador (ANEEL), anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a ser em média 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior. Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como conseqüência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 31 de março de 2012, na reclassificação de R\$ 91.623 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro e mais R\$ 8.585 referente às transferências do 1º trimestre 2012, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à

aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado foi de R\$ 4.576 em 31 de março de 2012 (R\$ 10.090 em 31 de dezembro de 2011).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.111.506	(361.154)	(262.794)	1.487.558	204.572	-	204.572	1.692.130
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782	310.176
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-	(77.564)
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-	(153.496)
Transferências para o ativo financeiro	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)	(55.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859.042	(372.086)	(52.522)	1.434.434	290.014	(8.423)	281.591	1.716.025
Adições	-	(632)	-	(632)	61.233	(8.628)	52.605	51.973
Baixas	(2.219)	-	335	(1.884)	-	-	-	(1.884)
Amortização	-	-	(33.292)	(33.292)	-	-	-	(33.292)
Transferências para o ativo financeiro	(125.504)	51.124	(195)	(74.575)	(24.159)	(1.474)	(25.633)	(100.208)
Saldo em 31 de março de 2012	1.731.319	(321.594)	(85.674)	1.324.051	327.088	(18.525)	308.563	1.632.614

13.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (cost plus), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (ver valor da receita na nota 29).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Do montante de R\$ 4.254 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2011), registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, efetuada em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.344. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias. A obtenção dos dados de mercado envolveu extensa pesquisa com valores de imóveis localizados na mesma região, considerando o preço de venda de propriedades similares, na ausência de fatores que pudessem pressionar a ocorrência da transação.

15. IMOBILIZADO

Conforme descrito na nota 13, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo, os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing apresentam saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 conforme mutação abaixo:

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Baixas	Saldos em 31/03/2012
Arrendamento mercantil em serviço								
Administração Central								
	8.041	5.875	(1.679)	-	12.237	(447)	-	11.790
Edif, obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	20.945	5.875	-	(10.855)	15.965	-	-	15.965
(-) Depreciação acumulada	(12.904)	-	(1.679)	10.855	(3.728)	(447)	-	(4.175)
	4.711	-	(2.525)	-	2.186	(562)	-	1.625
Veículos - Arrendamento mercantil	12.155	-	-	(860)	11.295	-	(121)	11.174
(-) Depreciação acumulada	(7.444)	-	(2.525)	860	(9.109)	(562)	121	(9.549)
	6.387	5.217	(2.527)	(3.009)	6.068	(545)	-	5.524
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.191	5.217	-	(4.629)	10.779	-	-	10.779
(-) Depreciação acumulada	(3.804)	-	(2.527)	1.620	(4.711)	(545)	-	(5.255)
Total	19.139	11.092	(6.731)	(3.009)	20.492	(1.554)	-	18.938

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/03/2012			31/12/2011		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional						
BNDES	259.469	1.089	260.558	217.139	796	217.935
Finame SE 2011	5.695	64	5.759	5.695	66	5.761
Finem CAPEX 2011/2012	90.249	915	91.164	60.849	619	61.468
Custos com emissão - BNDES	(400)	-	(400)	(400,00)	-	(400,00)
Eletrobras - Luz para Todos	111.682	-	111.682	98.569	-	98.569
Finep - 1º Ciclo	10.527	31	10.559	11.546	34	11.580
Finep - 2º Ciclo	39.177	76	39.253	40.880	76	40.956
Finep - 3º Ciclo	2.539	3	2.542	-	-	-
Moeda Estrangeira (*)	359.718	17.442	377.160	360.389	8.291	368.680
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	186.476	2.780	189.256	172.198	1.303	173.501
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	(6.877)	5.834	(1.043)	7.625	2.774	10.399
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	30.024	563	30.587	29.116	266	29.382
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	9	929	938	997	440	1.437
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	155.166	2.815	157.981	144.171	1.366	145.537
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(5.080)	4.522	(559)	6.282	2.143	8.425
Total	619.186	18.532	637.718	577.528	9.087	586.615
Circulante	22.003	18.532	40.535	21.466	9.087	30.553
Não circulante	597.183	-	597.183	556.062	-	556.062

(*) Valores marcados a mercado – (ver nota 39).

A Sociedade captou em 15 de abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de longo prazo (725 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360.000 (US\$ 226.909 mil).

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, contratou-se operações de "Swap" com os mesmos prazos de vencimento, e sobre os mesmos valores da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Em 20 de setembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com BNDES, na modalidade FINEM, no valor de R\$ 188.479. As taxas de juros variam de acordo com o subcrédito, de TJLP a TJLP + 3,03%. O financiamento é destinado ao Programa de Investimentos 2011/2012, para realização de expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão.

Em 22 de novembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no valor de R\$ 7.733. A taxa de juros desse financiamento é de 5% a.a.. Os recursos serão destinados principalmente para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há itens do ativo intangível, que fazem parte da infraestrutura da concessão oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 31 de março de 2012 estão abaixo apresentados:

Ano	R\$
2013	393.184
2014	39.679
2015	37.302
2016	33.650
Após 2016	93.767
Total	597.583

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de março de 2012 são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
Moeda Nacional						
BNDÉS						
Finame SE 2011	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	5,50%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/02/2013	15/01/2021
FINEM 2011-2012	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	de TJLP a TJLP + 3,03%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/06/2013	15/12/2019
Eletrobrás						
Luz para Todos ⁽¹⁾		RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Mensal	Mensal	30/11/2006 a 31/12/2011	30/10/2016 a 31/12/2022
FINEP						
	Carta de Fiança					
Finep - 1º Ciclo		TJLP + 0,94% a.a.	Mensal durante a carência		15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo		4,25% a.a.			15/04/2011	15/12/2017
Finep - 3º Ciclo		5,0% a.a.			15/12/2013	15/01/2020
Moeda Estrangeira						
Cédula de Crédito Bancário 4131BNP PARIBAS 2011		US\$ + 2.88% ⁽³⁾			-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC 2011		US\$ + 3.60% ⁽⁴⁾	Semestral	No vencimento da operação	-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú 2011		US\$ + 3.50% ⁽⁵⁾			-	4/09/2013

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

⁽⁵⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

17. DEBÊNTURES

	31/03/2012				31/12/2011			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
4ª Emissão	299.607	5.927	-	305.534	299.450	16.600	-	316.051
1ª Série	180.000	4.034	-	184.034	180.000	10.418	-	190.418
2ª Série	120.000	2.715	-	122.715	120.000	7.003	-	127.003
Custos com emissão	(393)	(822)	-	(1.215)	(550)	(821)	-	(1.371)
5ª Emissão	299.081	10.352	6.574	316.007	299.033	10.778	3.873	313.683
1ª Série	120.000	1.491	-	121.491	120.000	5.520	-	125.520
2ª Série	180.000	8.861	6.574	195.435	180.000	5.258	3.873	189.130
Custos com emissão	(919)	-	-	(919)	(967)	-	-	(967)
Total	598.688	16.279	6.574	621.541	598.483	27.378	3.873	629.734
Circulante		16.279	-	16.279		27.378	-	27.378
Não circulante	598.688	-	6.574	605.262	598.483	-	3.873	602.356

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.134, sendo que R\$ 822 no curto prazo (R\$ 199 referente a quarta emissão e R\$ 623 referente a quinta emissão) e R\$ 1.312 no longo prazo (R\$ 592 referente a quarta emissão e R\$ 719 referente a quinta emissão).

Em 15 de agosto de 2011, a Elektro efetuou a 5ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 120.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,98% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 180.000, à taxa IPCA acrescida de 7,6813% a.a.

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures é conforme segue:

Ano	R\$
2013	130.000
2014	170.000
2015	80.000
2016	100.000
Após 2016	120.000
Total	600.000

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

Quarta emissão – características das duas séries

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da transferência do controle acionário da Elektro, exceto nos casos de: (i) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Elektro; ou (ii) operação societária que resulte numa companhia que tenha classificação de risco corporativo igual ou superior ao antigo acionista controlador no momento anterior à transação; ou (iii) a classificação de risco corporativo da Elektro não seja reduzida em relação a classificação de risco vigente no momento anterior a tal operação societária.

Quinta emissão – características das duas séries

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora.

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Abaixo um resumo das características das debêntures em aberto:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
Debêntures 4ª Emissão				
1ª Série	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014
2ª Série	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013, 15/07/2014 e 15/07/2015
Debêntures 5ª Emissão				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

Quarta emissão : conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (I) a (XX) da escritura da emissão.

Quinta emissão : conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 4ª e 5ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Imóveis	13.271	13.605
Veículos	3.004	3.868
Equipamentos de informática	<u>3.484</u>	<u>3.893</u>
Total	<u><u>19.759</u></u>	<u><u>21.366</u></u>
Circulante	5.740	4.860
Não circulante	<u><u>14.019</u></u>	<u><u>16.506</u></u>

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima é apresentado a seguir:

<u>Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo</u>	
2013	3.599
2014	1.717
2015	1.773
após 2015	6.930
Total	<u><u>14.019</u></u>

Arrendamento mercantil operacional

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas em 31 de março de 2012 e de 2011, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	367	681
Locação de imóveis	785	144
Locação de veículos	82	483
Locação de computadores	342	147
Locação de impressoras	43	46
Locação de equipamentos e serviços de informática	876	-
Total	<u><u>2.495</u></u>	<u><u>1.501</u></u>

<u>Vencimento dos compromissos futuros</u>	
2012	2.479
2013	3.662
2014	4.147
2015	4.683
Total	<u><u>14.972</u></u>

19. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Moeda nacional	249.406	265.612
Supridores de energia elétrica	203.747	193.865
Encargos de serviço de sistema - ESS	11.739	10.554
Fornecedores de materiais e serviços	33.920	61.193
Moeda estrangeira	38.656	41.904
Supridores de energia elétrica - Itaipu	36.811	40.778
Variação cambial - Itaipu	1.845	1.126
Total	<u>288.062</u>	<u>307.516</u>

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	29.510	88
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	22.517	20.381
Programa de integração social - PIS	4.889	4.425
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	90.905	86.430
Impostos retidos na fonte	879	12.025
Imposto sobre serviço - ISS	276	396
Total	<u>148.976</u>	<u>123.745</u>

A sociedade tem como prática efetuar as antecipações de imposto de renda e contribuição social no mês subsequente à sua apuração, de forma que durante o exercício há um descasamento entre o imposto a pagar e a antecipação. O encontro entre antecipações e impostos a pagar é efetuado no encerramento do exercício, fator que explica a variação do saldo da rubrica "Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido" entre 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

21. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.222	4.222
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	18.224	18.224
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	13.400	11.786
Encargos de capacidade emergencial - ECE	720	810
Total	<u>36.566</u>	<u>35.042</u>

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos a pagar	134.714	5
Juros sobre capital próprio a pagar	1	60.888
Total	<u>134.715</u>	<u>60.893</u>

Em 23 de janeiro de 2012 foram pagos Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 60.894, referente ao exercício de 2011, os quais estão líquidos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 10.738.

Ao final do exercício de 2011, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após constituição da reserva legal e deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012 e em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas ocorrida em 28 de março de 2012, sendo que o pagamento desses Dividendos foi efetuado em 20 de abril de 2012.

Existem valores de juros sobre capital próprio (R\$ 1) a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

23. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/03/2012	31/12/2011
Provisão de férias e 13º salário	17.038	17.792
Retenções do empregado	3.866	2.816
INSS parte da empresa	9.472	8.806
FGTS	2.392	3.126
Participação nos lucros e resultados	2.301	13.062
Outros	627	353
Total	<u>35.696</u>	<u>45.955</u>

24. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação de a Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10, de 5 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Realização/Pagamento	31/03/2012
Programa de Eficiência Energética	0,50%	17.063	3.273	374	(2.352)	18.358
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	21.055	1.309	504	(929)	21.939
FNDCT	0,20%	532	1.309	-	(1.291)	551
MME	0,10%	265	655	-	(645)	276
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	796	2.275	-	(2.247)	824
Total		39.711	8.821	878	(7.463)	41.947
Circulante		14.233	7.511	251	(7.463)	14.532
Não circulante		25.478	1.310	627	-	27.415

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e Encargos do sistema isolado é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 176/2005 e 219/2006 e Lei nº 12.111/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente desde janeiro de 2009.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado estará a serviço da Sociedade, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

No que refere-se à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 163.594 em 31 de dezembro de 2011. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 16% em 31 de dezembro de 2011, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	764.730
Valor justo dos ativos do plano	928.324
Superávit para planos cobertos	163.594
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(163.594)
(Ativo) atuarial líquido	-

Os valores reconhecidos no resultado e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	31/03/2012	31/03/2011
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	(2.301)	(2.446)
Juros sobre as obrigações atuariais	(19.533)	(18.444)
Rendimento esperado dos ativos	27.171	25.398
Receita reconhecida	5.336	4.508
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	5.336	4.508
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	(5.336)	(4.508)
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	81.250	88.226

⁽¹⁾ Com juros, líquido da contribuição do participante

No primeiro trimestre de 2012, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 912 (R\$ 652 no mesmo período de 2011).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$ 126 (R\$ 177 em 2011), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

25.2 Plano Especial de Aposentadoria

No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em agosto de 2011, esse plano foi prorrogado por 3 meses (até 21 de novembro de 2011), para aqueles que já estão aposentados e até 31 de maio de 2013, para aqueles que são elegíveis.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O valor atualizado da provisão em 31 de março de 2012 é de R\$ 1.707 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2011), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano. Para o período compreendido entre abril de 2012 e dezembro de 2015, a Sociedade estima que até 134 colaboradores possam aderir ao plano, o que justifica uma provisão de R\$ 11.092 (R\$ 11.469 em 31 de dezembro de 2011), mantida na mesma rubrica no passivo não circulante.

25.3 Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No primeiro trimestre de 2012, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 11.954 (R\$ 9.989 no mesmo período de 2011), registrado à conta de despesas com pessoal.

26. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

26.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações. Vide mais detalhes na nota 34:

	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/03/2012
Cíveis e ambientais	93.555	257	3.853	(108)	(603)	96.954
Trabalhistas	21.020	99	1.883	-	(149)	22.853
Tributárias	2.786	391	59	-	-	3.236
Desapropriações e servidões	6.263	14	1.064	-	(675)	6.667
Regulatórias	14.240	1.506	-	-	-	15.746
Total das provisões	<u>137.864</u>	<u>2.266</u>	<u>6.859</u>	<u>(108)</u>	<u>(1.426)</u>	<u>145.456</u>

Em 31 de março de 2012, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais, taxas regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Uso da faixa de domínio de rodovias – Ação judicial cível

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que,

em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs embargos de declaração, os quais foram negados em fevereiro de 2011. Diante da decisão do STJ a Elektro apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal, o qual não foi admitido pelo STJ. Contra esta decisão a Elektro apresentará reclamação ao STF. Com base na decisão do STJ que não conheceu do Recurso Especial, a Sociedade mantém provisionado o valor de R\$ 75.736, em 31 de março de 2012 (R\$ 74.078 em 31 de dezembro de 2011), considerando as partes envolvidas no processo que possuem os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

26.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 76.796 para assuntos previdenciários, R\$ 33.638 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem R\$ 19.905 para aspectos trabalhistas e R\$ 333.165 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado desses casos em 31 de março de 2012 é de R\$ 65.783 (R\$ 64.875 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre os assuntos cíveis, os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 5.937 em 31 de março de 2012 (R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP), em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado, em 31 de março de 2012 supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade, é de R\$ 19.597 (R\$ 19.301 em 31 de dezembro de 2011). Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado, em 31 de março de 2012, é de R\$ 53.662 (52.914 em 31 de dezembro de 2011). Todos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em 28 de junho de 2011, a SEFAZ-SP lavrou três novos Autos de Infração contra a Sociedade em complemento a outros Autos de Infração, dentre eles o que foi lavrado em dezembro de 2008, também sob alegação de suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde, cujo valor total atualizado em 31 de março de 2012 é de R\$ 26.930 (R\$ 16.748 em dezembro de 2011). Todos eles encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em janeiro de 2009, foi lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, cujas infrações foram a suposta ausência de pagamento de ICMS nos períodos de março de 2004 a março de 2006, sob as alegações fazendárias de que teria havido

transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS. O valor atualizado do débito, em 31 de março de 2012, é de R\$ 19.019 (R\$ 18.768 em 31 de dezembro de 2011). O auto de infração se encontra pendente de julgamento nas instâncias administrativas, e é considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal maneira, provisionado o respectivo valor.

Outra questão atualmente discutida no âmbito tributário é a do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais – PERC nº 10830.00390/2008-64, no qual a Elektro pleiteia perante a Receita Federal do Brasil a validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). O valor envolvido atualizado até 31 de março de 2012 é de R\$ 20.752 (R\$ 20.366 em 31 de dezembro de 2011). O pedido está pendente de decisão final administrativa, tendo sido considerado como perda possível e, conseqüentemente, não foi provisionado.

Em dezembro de 2009, também fora lavrado em face da Elektro Auto de Infração pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que recebeu o nº 3.118.729-8, que apurou suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado adquiridos em 2002 e 2003, cujos créditos foram utilizados no período de janeiro de 2004 a novembro de 2007, com valor atualizado, em 31 de março de 2012, de R\$ 15.412 (R\$ 14.891 em 31 de dezembro de 2012). Do mesmo modo, este auto encontra-se pendente de análise nas instâncias administrativas, sendo considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal modo, provisionado.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa, em 2 de junho de 2010 e 5 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. Com relação ao primeiro, houve julgamento em primeira instância administrativa dando parcial provimento ao recurso da Elektro cancelando integralmente a multa no valor de R\$ 24.014. O valor total atualizado, em 31 de março de 2012, é de R\$ 84.079 (R\$ 83.683 em 31 de dezembro de 2011) e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Companhia recebeu também, em julho de 2010, Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que apurou descumprimento da legislação tributária no tocante ao creditamento de ICMS e obrigações acessórias para o cancelamento de notas fiscais da Elektro. O valor atualizado, em 31 de março de 2012, é de R\$ 4.824 (R\$ 4.756 em 31 de dezembro de 2011). Referido auto se encontra pendente de apreciação nas instâncias administrativas, não tendo sido provisionado tal valor em razão de sua condição de perda possível.

Em março de 2011, a Secretaria do Estado de São Paulo lavrou o Auto de Infração e Imposição de Multa, que apurou supostas irregularidades no creditamento de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia adquiridos em 2005. O valor atualizado do débito, em 31 de março de 2012, é de R\$ 12.229 (R\$ 11.982 em 31 de dezembro de 2012). Referido auto encontra-se pendente de decisão final administrativa, sendo, portanto, considerado com risco de perda possível.

Em junho de 2011 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou ainda o Auto de Infração e Imposição de Multa também para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado, em 31 de março de 2012, é de R\$ 16.639 (16.478 em 31 de dezembro de 2011), e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam

possível a reversão da decisão, já que apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da Lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A composição acionária da Elektro em 31 de março de 2012 está demonstrada no quadro abaixo:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Reorganização Societária

Em 16 de abril de 2012, a Elektro informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de Comunicado ao Mercado, que sua controladora Iberdrola Energia do Brasil Ltda. solicitou à ANEEL pedido de anuência para a reestruturação societária de algumas das empresas brasileiras que compõem o Grupo Iberdrola. O objetivo da reestruturação é otimizar e simplificar a estrutura corporativa das empresas do Grupo com atuação no Brasil, alinhando-as ao modelo de governança adotado pelo Grupo Iberdrola em todo o mundo e reduzindo custos operacionais.

Dentre as operações que compõem a reestruturação, é prevista a incorporação reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. pela Elektro, devendo tal operação se dar sem que haja aumento de capital da Elektro e, portanto, da participação de sua acionista majoritária Iberdrola Energia do Brasil Ltda. em seu capital social. A operação será, ainda, submetida à deliberação da Assembléia Geral dos acionistas da Elektro.

Uma vez aprovada a reestruturação societária pela ANEEL – e nos termos em que aprovada – a Elektro fará os comunicados pertinentes a seus acionistas e ao mercado em geral, disponibilizando os documentos e informações que lhe cumpre divulgar nos termos da legislação aplicável.

28. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Bônus Estratégico Iberdrola 2011 - 2013

Em Assembleia Geral de Acionistas da Iberdrola S.A., realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado o estabelecimento de um Bônus Estratégico dirigido à executivos da Iberdrola S.A. e suas controladas, relacionadas com a realização dos objetivos estratégicos para o período 2011 - 2013 e liquidados pela entrega de ações da Iberdrola S.A. (doravante denominada "Bônus Estratégico 2011-2013"), de acordo com os seguintes termos:

1. Descrição: Bônus Estratégico 2011-2013 é configurado como um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento, no final do período de referência 2011-2013, de vários objetivos

estratégicos que serão definidos pelo Conselho de Administração da Iberdrola S.A. e serão vinculados além de outros critérios, a:

(A) Evolução no lucro líquido consolidado da Iberdrola S.A. em comparação com os cinco principais concorrentes europeus (Enel, a Eon, RWE, EDF e GDF-Suez). Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do lucro líquido consolidado for inferior a média do grupo de referência. Este objetivo terá uma ponderação de 20%.

(B) Evolução do valor da ação a partir da média do índice Eurostoxx Utilities e ações dos cinco principais concorrentes europeus (Enel, a Eon, RWE, EDF e GDF-Suez), tendo o seu desenvolvimento desde janeiro de 2011 e para o período do bônus. Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do preço das ações experimentar um desvio padrão maior que 5% sobre a média de referência. Seu peso é de 60% se atingir 105%.

(C) Manter a classificação de crédito da Iberdrola S.A. (rating - A). A ponderação é de 20%.

2. Beneficiários: Determinados executivos da Iberdrola S.A. e de seu grupo, com um máximo de 350 beneficiários, a ser incluído no Bônus Estratégico 2011-2013 durante sua vigência, nos termos das resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração da Iberdrola SA no desempenho deste acordo, com um máximo de 350 beneficiários.

3. Valor: Cada beneficiário receberá um número de "ações teóricas" na época de estabelecimento do Bônus Estratégico 2011-2013 que após a conclusão do período de referência e, dependendo do nível de cumprimento dos objetivos fixados ou estabelecidos resultará na entrega de ações da Iberdrola S.A. nas três datas previstas.

O número máximo de ações a ser entregue a todos os beneficiários do Bônus Estratégico 2011-2013 será 17.000.000 de ações, equivalente a 0,29 por cento do capital social da Iberdrola S.A., mas o número de ações atribuídas a cada um dos executivos que participam do Bônus Estratégico 2011-2013 não pode exceder 1.900.000 ações.

4. Prazo do Bônus Estratégico 2011-2013: O Bônus Estratégico 2011-2013 tem um prazo de seis anos, dos quais o período entre 2011 e 2013 constituirá o período de referência para fins de cumprimento dos objetivos e o período entre os anos 2014-2016 o período de liquidação, a ser produzido pela entrega de ações de forma diferida nesses três anos.

29. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/03/2012			31/03/2011		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.276.396	3.041.258	1.367.093	2.201.831	3.104.576	1.354.342
Fornecimento para consumidores	2.276.396	3.041.258	1.160.118	2.201.831	2.999.558	1.141.219
Residencial	1.926.292	1.038.768	489.269	1.874.494	994.517	463.330
Industrial	23.940	911.602	272.576	22.524	980.593	307.405
Comercial	173.577	566.109	235.366	155.436	526.176	221.372
Rural	128.392	217.569	51.930	126.304	204.741	49.296
Poder público	17.229	77.903	33.168	16.675	69.649	29.977
Iluminação pública	3.969	111.461	27.799	3.490	108.387	26.740
Serviço público	2.997	117.845	34.833	2.908	115.495	37.135
Não faturado	-	-	15.177	-	-	5.964
Outras receitas			206.975		105.018	213.123
CCEE			-		105.018	7.411
Receita de uso do sistema de distribuição (**)			131.582		-	105.796
Remuneração do ativo financeiro			13.492			11.437
Receita de construção (vide nota 13.3)			51.760			79.500
Outras receitas (**)			10.141			8.979
Deduções às receitas operacionais			(465.129)			(446.772)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(12.663)			(2.717)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(54.671)			(49.072)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(42.431)			(37.788)
ICMS sobre fornecimento			(228.798)			(218.831)
COFINS			(101.896)			(97.528)
PIS			(22.122)			(21.173)
Programa de P&D e eficiência energética			(6.546)			(8.017)
Variação de Encargos Setoriais			-			(5.896)
Outros			3.998			(5.749)
Total	2.276.396	3.041.258	901.964	2.201.831	3.104.576	907.569

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Conforme mencionado na nota 4, em 26 de agosto de 2011, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro.

Em 19 de janeiro de 2012, a ABRADDEE ajuizou ação com pedido de antecipação de tutela em face da ANEEL, impugnando os termos da Resolução Normativa ANEEL nº 463/2011, a qual promoveu a expropriação de determinadas receitas (ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos) passando a considerá-las como 'obrigações especiais'. Em 7 de fevereiro foi concedida a tutela antecipada, a permitir que as empresas associadas da ABRADDEE não procedessem segundo as novas determinações. A Administração da Sociedade entende correta a pretensão da ABRADDEE em juízo, contudo, diante do caráter provisório da tutela antecipada e devido a obrigação legal criada pela Resolução da ANEEL, vem aproveitando a medida acautelatória com a correspondente constituição de provisão na mesma conta de obrigações especiais.

30. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/03/2012		31/03/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	3.432.554	346.594	3.473.942	333.892
Itaipu Binacional (**)	717.336	74.194	719.827	70.850
Contratos bilaterais	-	-	2.656	402
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.637.070	244.802	2.686.002	239.357
PROINFA	78.149	21.531	65.457	17.117
Uso do transporte de energia	-	6.067	-	6.166
Outros custos de energia	-	95.447	-	89.104
ONS - Uso da rede básica	-	113.385	-	106.251
CTEEP- Encargos de conexão	-	9.988	-	8.930
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	17.131	-	17.038
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(45.057)	-	(43.115)
Total	3.432.554	442.041	3.473.942	422.996

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

31. GASTOS COM PESSOAL

	31/03/2012	31/03/2011
Remunerações	32.672	29.923
Encargos sociais	11.242	10.754
Auxílio alimentação	4.008	3.557
Pagamentos baseados em ações	767	3.132
Assistência médica	2.633	1.659
Indenizações trabalhistas	707	939
Previdência privada	1.547	1.262
Plano Especial de Aposentadoria	1.328	3
Custo atuarial - Plano de Pensão	(5.336)	(4.508)
Participação nos lucros e resultados	3.294	3.145
Outros benefícios	1.851	2.711
Total	54.713	52.577
Custo da operação	44.692	41.839
Despesas com vendas	1.590	883
Despesas gerais e administrativas	8.431	9.855
Total	54.713	52.577

32. GASTOS COM MATERIAIS

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Materiais e equipamentos	7.929	7.486
Total	<u>7.929</u>	<u>7.486</u>
Custo da operação	7.698	6.813
Despesas com vendas	9	8
Despesas gerais e administrativas	222	665
Total	<u>7.929</u>	<u>7.486</u>

33. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Serviços no sistema elétrico	9.165	4.070
Serviços de manutenção e conservação	5.157	1.935
Serviços de leitura e entrega de contas	405	6.544
Serviços administrativos	6.731	11.127
Outros serviços	6.462	4.050
Total	<u>27.920</u>	<u>27.726</u>
Custo da operação	21.144	14.011
Despesas com vendas	825	6.904
Despesas gerais e administrativas	5.951	6.811
Total	<u>27.920</u>	<u>27.726</u>

As principais variações nas linhas de serviços com terceiros são; Serviços no Sistema Elétrico, com destaque para o aumento nos gastos de corte e religação, serviços emergenciais em Subestação e Linhas de Transmissão no montante de R\$ 2.745 e menor capitalização desses serviços no valor de R\$ 1.918, Serviços de Manutenção e Conservação com destaque para aumento de inspeção e reforma de equipamentos e menor capitalização no montante total de R\$ 2.707, Serviços de Leitura e entrega de contas com redução na despesa em função da primarização destes serviços a partir de abril de 2011, e Serviços administrativos que tem como principal motivo os gastos, no primeiro trimestre de 2011, de R\$ 3.820 com a implantação do manual de controle patrimonial – REN 367/09.

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Despesas com arrecadação bancária	4.082	4.199
Taxa de fiscalização ANEEL	2.444	2.087
Seguros	453	440
Aluguéis	3.110	3.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	6.645	4.380
Taxas e contribuições	2.670	2.489
Despesas com viagens	2.529	3.436
Propaganda e publicidade	1.805	2.687
Telefonia e telecomunicações	3.966	5.853
Provisões para ações judiciais e regulatórias	6.054	7.539
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	5.237	2.428
Outras	3.199	4.398
Total	<u>42.194</u>	<u>43.708</u>
Custo da operação	11.212	17.770
Outras despesas operacionais	30.982	25.938
Total	<u>42.194</u>	<u>43.708</u>

35. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receitas financeiras	19.201	16.320
Aplicações financeiras	6.325	5.125
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	11.023	10.130
Outras receitas financeiras	1.853	1.065
Despesas financeiras	(30.284)	(34.111)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(13.261)	(11.363)
Juros sobre debêntures	(12.780)	(14.491)
Outras despesas financeiras	(4.243)	(8.257)
Variação cambial e monetária, líquidas	(702)	2.355
Receitas de variação monetária	7.319	10.045
Recuperação das perdas de receita e energia livre	797	2.271
Conta de energia elétrica em atraso	1.130	4.239
Outras	5.392	3.535
Receita de variação Cambial	94	305
Despesas de variação monetária	(8.115)	(7.995)
Principal - terceiros	-	(1.010)
Energia livre	(2.279)	(1.868)
Eficiência energética	(878)	(971)
Debêntures	(2.220)	(3.771)
Outras	(2.738)	(375)
Total	<u>(11.785)</u>	<u>(15.436)</u>

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:**

	31/03/2012		31/03/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	229.209	229.209	219.591	219.591
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(57.296)	(20.629)	(54.892)	(19.763)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(1.922)	(593)	(2.119)	(675)
Incentivos fiscais e outros	980	-	1.168	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(58.238)</u>	<u>(21.222)</u>	<u>(55.843)</u>	<u>(20.438)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(53.513)	(19.521)	(47.614)	(17.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.725)	(1.701)	(8.229)	(2.963)
Total	<u>(58.238)</u>	<u>(21.222)</u>	<u>(55.843)</u>	<u>(20.438)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
IR e CS sobre diferenças temporárias	149.333	120.137	29.196	2.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.340	14.299	41	(275)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	48.260	46.788	1.472	2.418
Plano especial de aposentadoria	4.352	4.590	(238)	(155)
Variação cambial	18.170	21.828	(3.658)	-
Provisão ganho/perda hedge	(14.344)	(20.017)	5.673	-
Provisão perda na desativação de ativos	21.198	20.977	221	-
Provisão efeito postergação tarifária	58.890	32.976	25.914	-
Outras	(1.533)	(1.304)	(229)	925
Benefício fiscal do ágio incorporado	121.654	124.956	(3.302)	(3.744)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(87.423)	(50.976)	(32.320)	(10.361)
Plano de pensão	1.814	7.755	(1.814)	(1.533)
Leasing	292	292	-	-
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(89.433)	(59.155)	(30.278)	(8.828)
Marcação a mercado swap	(96)	132	(228)	-
Subtotal - impacto no resultado do período	183.564	194.117	(6.426)	(11.192)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(3.055)	(36.815)	29.633	(1.028)
Plano de pensão	(1.814)	(7.755)	1.814	1.533
Contratos de concessão - marcação a mercado	(1.241)	(29.060)	27.819	(2.561)
Total	<u>180.509</u>	<u>157.302</u>	<u>23.207</u>	<u>(12.220)</u>

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada

pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 de março de 2012 é como segue:

Ano	R\$
2012	55.552
2013	13.207
2014	13.112
2015	13.472
2016	11.848
2017 a 2019	26.970
2020 a 2022	19.406
2023 a 2025	14.262
2026 a 2028	12.680
Total	180.509

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

37. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas		Despesas	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	71	45	(177)	(183)
Total	71	45	(177)	(183)

As receitas obtidas junto às partes relacionadas referem-se a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do mesmo grupo da Sociedade. As despesas são relativas à compra de energia elétrica da comercializadora de energia e coligada Elektro Comercializadora de Energia Ltda.

Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 1º de janeiro de 2012 e tem validade até 31 de dezembro de 2013.

Em função da mudança no controle acionário da Sociedade, a AEI America do Sul Holding Ltda. não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011, e a receita registrada no primeiro trimestre de 2011 referente ao contrato com a AEI foi de R\$ 23 mil.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no período findo em 31 de março de 2012, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 2.644 (R\$ 2.455 em março de 2011), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 1.972 (R\$ 1.761 em março de 2011) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 672 (R\$ 694 em março de 2011). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações concedidas pela então controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração foi de R\$ 3.132 no primeiro trimestre de 2011, sendo que essa despesa ocorreu somente até o momento da mudança de controle acionário da Sociedade.

No ano de 2011 foi estabelecido um plano de ações pela atual controladora Iberdrola, destinado aos administradores da Sociedade. O valor deste benefício em 31 de março de 2012 é de R\$ 768.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 25).

38. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos operacionais e multirisco	801.446
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 25 de agosto de 2011 a 31 de maio de 2012, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2011 a 1º de junho de 2012.

A apólice de Propriedade possui cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros possui cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobras, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na

mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Informações Trimestrais e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Para a 5ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil).

Demais ativos e passivos financeiros: São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não serem negociados em mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	334.272	334.272	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	743.138	743.138	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	32.938	32.938	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	31.259	31.259	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	369.943	369.943	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.511.550	1.511.550		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(260.558)	(260.737)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(377.824)	(377.824)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	664	664	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(621.541)	(623.859)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(19.759)	(19.759)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(288.062)	(288.062)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Total passivo	(1.567.080)	(1.569.577)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

A apuração do valor justo do ativo financeiro indenizável e a operação de “Swap” levou em consideração o nível hierárquico 2. Ver maiores detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 13.1.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's nos últimos anos.

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou rating brAAA da Elektro, da 2ª emissão e 4ª emissão de debêntures. À 5ª emissão de debêntures também foi atribuído o rating brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de março de 2012, a Sociedade possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de “Swap” firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 16, a Sociedade, captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de “Swap”, resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como

atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (rating) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade, por não haver previsão de manutenção nas Informações Trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de março de 2012, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Sociedade considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2012, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 31 de março de 2012: 9,28%, 4,66% e 5,27% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a manutenção da última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição (contábil)	Risco	Cenário provável	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	332.340	Variação CDI	30.841	38.551	46.262
Debêntures	(428.240)	Variação CDI	(39.741)	(49.676)	(59.611)
Cédula de Crédito Bancário(1)	(377.160)	Variação CDI	(35.000)	(43.751)	(52.501)
	(473.060)		(43.900)	(54.875)	(65.850)
Ativo indenizável(2)	369.943	Variação IGP-M	17.239	21.590	25.908
Debêntures	(195.435)	Variação IPCA	(10.299)	(12.874)	(15.449)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(10.559)	Variação TJLP	(634)	(792)	(950)
Financiamentos - Finem CAPEX 2011/2012	(91.164)	Variação TJLP	(5.470)	(6.837)	(8.205)
Redução (aumento) da exposição à taxa de juros			(43.063)	(53.788)	(64.546)

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de "Swap" conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

Notas:

(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 31 de março de 2012 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,65%.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da Revisão Tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGP-M nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas, são corrigidas pela taxa de juros SELIC e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária extraordinária. A realização desta Revisão Tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 84 subestações (SE), a automação do comando de 819 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 465 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

Índices Financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/03/2012	31/03/2011
Taxa de câmbio R\$/US\$	1,8221	1,6287
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-11,8700	8,5500
IGP-M	0,6207	2,4313
TJLP	1,4674	1,4674
Selic	2,4900	2,6800
CDI	2,3229	2,6448

40. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

A Administração da Sociedade define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011, os saldos que compõem essa conta estão apresentados na nota 5. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	-	2.339
Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	134.715	5

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade referem-se a compra de ativo imobilizado através de contrato de leasing, a qual afetará “caixa e equivalente de caixa” à medida que os pagamentos forem efetuados; e reclassificação do saldo de Dividendos do patrimônio líquido para “Dividendos a pagar” após aprovação em Assembleia Geral Ordinária em 28 de março de 2012.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE DE CONTABILIDADE E FISCAL
CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLABA SANCHEZ

CONSELHEIROS

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

LUIZ CARLOS SILVA

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias comparativas

As informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 13 de maio de 2011, sem modificação sobre essas informações.

CNPJ 02.328.280/0001-97

ELEKTRO

Campinas (SP), 26 de abril de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luís A. Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP